

INTRODUÇÃO

LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES*

O frutuoso intercâmbio com os nossos colegas brasileiros da Baía tem trazido importantes reflexões e partilha de experiências em diferentes áreas, olhando para o programa já cumprido e que temos calendarizado para os próximos tempos. Depois de uma primeira aproximação às diferentes linhas de investigação, entendeu-se dedicar as *II Oficinas Luso-Afro-Brasileiras* ao tema que nos preocupava: o ensino de História, desde o enquadramento institucional até às várias experiências que, tomando a disciplina de História como ponto de partida, nos podiam (e deviam) levar até temáticas particularmente pertinentes na construção da identidade histórica e cívica dos nossos interlocutores — os alunos.

Com este objetivo construiu-se um Seminário realizado na Baía em outubro de 2017 e, do seu conteúdo, resolveu-se sistematizar algumas perspetivas mais relevantes, que pudessem chegar a outros interessados na temática e que não puderam estar presentes. Marginalizando qualquer fundamentalismo concetual que nos transportasse para um conceito de educação histórica demasiado restrito, procuramos sobretudo dar espaço a atividades e perspetivas que tivessem tido lugar enquanto experiências didáticas. O pressuposto é muito simples e remete-nos para uma afirmação de Maria Nazaré Amaral:

* CITCEM/FLUP.

Se aprender não significa mais a aquisição de um saber pronto e acabado contido nos livros e na cabeça dos professores, não é mais possível ensinar sem levar em consideração o modo pelo qual o conhecimento foi elaborado... e quais as possibilidades de mudança no futuro. Afinal trata-se de um saber vivo e não morto. E o elemento verdadeiramente vitalizador da tarefa educativa assim concebida é a história¹.

Nesse sentido, tanto foi importante perceber como institucionalmente a preparação de professores de História era realizada, particularmente em Portugal, já que no Brasil essa especificidade ainda não tem a consistência abrangente que nos transporte para Formação Educacional Geral, Didáticas e Iniciação à Prática Profissional, apostando muito mais na formação puramente científica, como entendemos útil dar voz a experiências didáticas com o património ou até a utilização de professores formados para lecionar História, noutras áreas como a Educação e Cidadania. Aliás, a conferência de encerramento da Verena Alberti foi um excelente exemplo desta abertura para outros caminhos que a História enquanto disciplina nos pode abrir.

Num primeiro capítulo procuramos explicitar, com algum pormenor, não apenas o histórico da formação de professores na Faculdade de Letras do Porto, sobretudo no contexto político pós-25 de abril de 1974, como as indefinições mais recentes, mesmo depois do designado Processo de Bolonha (2007), que levaram a experiências falhadas, hoje felizmente já ultrapassadas e criando um tempo de acalmia e estabilidade nessa formação. Os seus autores — Luís Alberto Alves e Cláudia Ribeiro — são hoje os rostos do Mestrado em Ensino de História para professores do 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário, na Faculdade de Letras do Porto. Perfilhando como afirmam esta coordenação como um «processo coletivamente pensado, consensualizado e implementado ao longo do tempo, incorporando as aprendizagens que as diferentes experiências nos têm proporcionado» têm a pretensão de formar docentes «que estarão no sistema educativo nos próximos 30 ou 40 anos, [e sejam] capazes de pensar, produzir e criticar o saber sobre os seres humanos no tempo». Na linha do pensamento de Steiner que utilizam para terminar o seu artigo, procura-se nessa formação cultivar a autonomia, a diferença, a consistência mas também a ousadia, já que a adaptabilidade (flexibilidade ou fluidez pós moderna) diária não se compadece com formações estereotipadas.

O segundo capítulo da Maria das Graças Leal, abre-nos exatamente essas perspectivas de educação histórica no caminho do património construído, material ou imaterial. Assumindo que «o papel da educação e da preservação do património e da memória, inscritas nos diferentes territórios do político, económico e social, são dimensões das ações educativas e de preservação constituídas por interesses afetivos e amorosos,

¹ AMARAL, Maria Nazaré de C. P. (2012) — *Ciências do Espírito: relações entre história e educação*. Rio de Janeiro: Edições Fundação Getúlio Vargas, p. 64.

e, portando, transformadores», remete-nos para a descrição de um projeto que cruza a formação histórica com a «militância» cívica e patrimonial. Esclarece-nos:

O Projeto Conhecendo a Cidade, Descobrimdo o Olhar nasceu, também, da inquietação e militância pela defesa do património histórico-cultural da cidade do Salvador, face às omissões e fragilidades de políticas públicas relativas à preservação e proteção do património histórico, artístico, cultural e natural na Bahia, especialmente por se tratar da primeira capital da América Portuguesa, considerada património mundial.

A sua utilidade neste contexto é inquestionável porque nos remete para uma vertente de utilidade social, tantas vezes arredada da Didática da História. Como nos afirma:

Fundamentado no conceito de Educação Patrimonial e na educação histórica, foi adotado, no referido projeto, como premissa política, o compromisso com a cultura, a cidadania e memória coletiva, visando a aplicação de uma metodologia de ensino que estimulasse os jovens a se apropriarem de novos conhecimentos com base na história local. Buscou-se, também, baseado no conceito de ‘empatia histórica’ no desenvolvimento da compreensão do passado, provocar interesses e motivações originados por perguntas elaboradas no tempo presente. Desse ponto de vista, construímos uma metodologia de ensino-aprendizagem com a interseção da história e fotografia, ancorada nas vivências e percepções dos jovens sobre património cultural local.

Esta capacidade de nos transportar para novas fontes e novas perspetivas foi também o objetivo de termos incorporado as experiências didáticas de uma Mestre em Ensino de História da FLUP — Sílvia Araújo — que, fazendo o seu estágio numa localidade impregnada de cultura material, muitas vezes, como se comprovou, perfeitamente desconhecida dos alunos de uma Escola próxima, desafiou-os, primeiro trazendo fontes primárias medievais das freguesias onde hoje vivem, para dentro da sala de aula a pretexto de um conteúdo programático, mas depois levando-os aos próprios locais para melhor se aperceberem da «riqueza» patrimonial que têm e, por essa via, tornando-os agentes de divulgação junto de familiares e amigos. Como afirma:

O património, melhor dizendo, os patrimónios, são grandes aliados da História local. São aliados não só porque permitem uma maior aproximação e motivação nos alunos, mas também porque nos permitem desenvolver neles ideias ligadas à cidadania. Não raras vezes vemos explanadas nas Convenções e Colóquios patrimoniais o desejo de despertar nos jovens a sensibilidade para a conservação e preservação. Sentimo-nos, por isso, muito satisfeitos por ter contribuído, dentro e fora da sala de aula, para alimentar estas questões.

Foi com esse entusiasmo que transportou para dentro da sala de aula e para uma visita de estudo realizada essa «localidade patrimonial» que lhe permitiu no final sentir o desafio superado: «O grande desafio é levar os alunos a ver como é grande a sua terra, ver como grande e significativo é esse passado, essa História, essas memórias. Esse foi o aliciante projeto que nos levou a desenvolver atividades como aquelas [...]». Vale a pena ler essa exposição corporizada no seu artigo.

Tamara Monteiro, também uma recente Mestre em Ensino de História pela FLUP, partindo da consciência que «atualmente (2017), vivemos numa sociedade submersa nas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação — ou, simplesmente, TIC — que alteraram significativamente o modo de pensar, agir e comunicar» e acreditando que «surge, assim, uma nova sociedade ‘informacional’», variável nos diferentes locais, que reestruturou por completo todo o sistema social, na medida em que passou a desenvolver-se e, por sua vez, a organizar-se em torno das novas tecnologias», procurou um recurso didático que incorporasse esta visão. Decidiu cruzar na sua estratégia a Didática, a História Local e as Tecnologias. O resultado foi a construção de raiz de uma aplicação móvel, designada por *História Go*, cujo fim era servir de guia-orientador de duas turmas de 12.º ano de escolaridade, ao longo de todo o percurso pedonal, pelo Centro Histórico da cidade do Porto fornecendo informações, iconográficas e documentais, do património local, uma vez que neste espaço «têm lugar todas as formas pelas quais o Homem se exprime: a arte, a técnica, a ciência, a moral, a política, a religião». A adesão, a marca que deixou nos alunos e sobretudo a sensibilização que fez para um outro olhar sobre o Património, ajudou-nos a pressentir a utilidade de equacionarmos numa perspetiva mais alargada o valor e sentido que a disciplina pode ter.

Foi ainda nesse sentido de alargamento que podemos perceber os dois últimos contributos desta publicação. Um, elaborado por dois mestres em Ensino de História — João Ferreira e Dina Fernandes — aproveitando as condições que o seu estágio permitiu, e contando com a excelente colaboração e enquadramento da sua orientadora. O pretexto era aparentemente banal — «Em 2018 celebramos setenta anos desde que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi redigida e assinada por vários estados-membros da Organização das Nações Unidas». Mas a crença e o entusiasmo ia no sentido de «se acreditamos que a Educação tem um papel fundamental na sensibilização para os direitos humanos, não podemos esperar que os alunos conheçam apenas na teoria os seus direitos, mas que os sintam na sua realidade. É neste sentido que a disciplina de Educação para a Cidadania deve ser pensada e planificada. Se for lecionada de forma dinâmica e atual, esta disciplina poderá enriquecer de grande maneira a vida dos alunos, dos professores, da comunidade escolar e da sociedade». Foi exatamente aí que a sua formação histórica se tornou útil para atingir os objetivos que a educação histórica persegue — em última análise a consciência histórica inscrita na intemporalidade e na empatia — e considerando, e muito bem, que «a prática da cidadania constitui um

processo participado, individual e coletivo, que apela à reflexão e à ação sobre os problemas sentidos por cada um e pela sociedade; [e que] o exercício da cidadania implica, por parte de cada indivíduo e daqueles com quem interage, uma tomada de consciência, cuja evolução acompanha as dinâmicas de intervenção e transformação social», tal como está expresso nos documentos orientadores do Ministério da Educação, aproveitaram a sua formação e o conhecimento dos alunos das «lides com a História» para os ajudar a criar «uma cidadania [que] visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo». O seu artigo é também um ato de fé:

Favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade não se consegue através de exposições teóricas, mas sim através da promoção de sentimentos e da capacidade de sentir a dor do outro e de se colocar no seu lugar. Só um aluno motivado e levado a sentir a necessidade de garantia destes direitos humanos na sua própria vida, conseguirá lutar para defender outros que são impossibilitados de usufruir desses mesmos direitos. Se conseguirmos ensinar isso aos alunos, a Educação continuará a dar os seus frutos.

Generosidade, utopia ou idealismo? E porque não tudo isso em alguém que está a iniciar uma profissão que tem tanto de exigente como de desafiante?

O livro termina com um excelente contributo de Verena Alberti que presenteou os participantes no Encontro com uma «fala» de encerramento que cruzou e sistematizou muitas das preocupações presentes ao longo dos trabalhos: *Entrelaçando Saberes: Educação em Direitos Humanos, outros Espaços de Saber que também Educam.*

Construí minha fala em torno desses dois polos: de um lado, a Educação em Direitos Humanos e, de outro, os outros espaços de saber, como os que são sugeridos na programação do evento: museus, arquivos públicos, programas de televisão ou rádio, filmes, peças de teatro, [...] ambientes virtuais etc.

A sua viagem, profusamente documentada com recursos históricos, embora muito centrada nos Direitos Humanos, mostrou a intemporalidade de muitos dos problemas que equacionamos hoje, até porque, diz-nos em dada altura, *penso que a História se apresenta como disciplina-chave para construir possibilidades no campo da Educação em Direitos Humanos. Por isso, destaquei a dimensão I do Art. 4.º das Diretrizes: A Educação em Direitos Humanos [...] articula-se [à] [...] apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local.* Num tom provocatório, e relembando o tema central da programação,

questionou: «como poderão ser nossos materiais didáticos e paradidáticos, nossas exposições em museus, nossas músicas, peças de teatro, materiais virtuais etc.?». Uma sugestão — «*penso que é importante pautar nossas ações pela ênfase na historicidade*» — e um desafio marcado pela intemporalidade — «ações de Educação em Direitos Humanos muitas vezes são relacionadas, com razão, ao debate sobre a violação desses direitos por parte de agentes do Estado, violações que constituem, sem dúvida, temas difíceis» de abordar historicamente. Daí também a sua proposta de «relacionar a Educação em Direitos Humanos ao conhecimento da História» para superarmos o «estudo de temas sensíveis e controversos».

A sua constatação não podia ser mais clara sobre o sentido de todo este Encontro:

História, reflexão, afeto, biografia. Tudo isso pode nos ajudar a pensar em como trabalhar com Educação em Direitos Humanos. Penso também que devemos, nos outros espaços de saber e nas salas de aula, renunciar à ilusão da completude, e até apontar essa ilusão. Ou seja, nunca teremos resposta para tudo, nunca saberemos tudo, sempre haverá lacunas. Pode parecer paradoxal, mas creio que apontar a ilusão da completude combina bem com enfatizar a pluralidade de experiências.

«Pluralidade de experiências» é uma boa síntese para todos os objetivos que se perseguiram neste Encontro das *II Oficinas Luso-Afro-brasileiras*, procurando este ebook prolongar essa reflexão ao incorporar textos que podem agora constituir um bom recurso de lembrança mas também de caminhos que temos de ousar percorrer.

novembro de 2018